



## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

---

### ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

# FLASH

# 9672

**Presidente da Mesa Diretora:** Cláudio Ribeiro Prates

**Espécie:** Projeto de Lei

**Categoria:** Retirados de pauta, rejeitados, prejudicados, sobrestados

**Autoria:** Wilton Afonso Dias Soares

**Data:** 24/04/2018

**Descrição Sumária:** PROJETO DE LEI Nº 36/2018. (REJEITADO). Dispõe sobre a proibição de empresas condenadas em processos criminais, de participarem de licitações ou celebrarem contratos administrativos de obras, serviços, compras, alienações e locações, no Município de Montes Claros, e dá outras providências.

**Controle Interno – Caixa:** 27.9

**Posição:** 24

**Número de folhas:** 05

---

Espécie: PL  
Categoria: Retirado de pauta  
CX: 27.9  
Ordem: 24  
nº fls: 3



# Câmara Municipal de Montes Claros

## PROJETO DE LEI Nº 36/2018

AUTOR:

Ver. Wilton Afonso Dias Soares

ASSUNTO:

Dispõe sobre a Proibição de Empresas Condenadas em  
Processos Criminais de Participarem de Licitações, ou Celebrarem  
Contratos Administrativos de Obras, Serviços, Compras, Alienações  
e Locações, no Município de Montes Claros – MG, e dá Outras  
Providências.

### MOVIMENTO

- 1 -
- 2 -
- 3 -
- 4 - Entrada em 24/04/2018  
Comissão Legislação e Justiça
- 5 - VISTAS POR 3 DIAS EM 26.06.2018
- 6 - REJEITADO EM 04.09.2018
- 7 - RAPOSO MANTO
- 8 -
- 9 -
- 10 -



# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS-MG

PROJETO Nº 36/2018

*AS Comissões*  
*24/04/18*

**“Dispõe sobre a proibição de empresas condenadas em processos criminais de participarem de licitações, ou celebrarem contratos administrativos de obras, serviços, compras, alienações e locações, no Município de Montes Claros - MG, e dá outras providências.”**

Os cidadãos de Montes Claros - MG, por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou e o Prefeito Municipal em seu nome e no uso de suas atribuições, sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º. Ficam proibidas de participar de licitações e celebrar contratos administrativos de obras, serviços, compras, alienações e locações, as empresas e os seus sócios, e/ou proprietários, condenados em processos criminais em segunda instância por corrupção ativa, tráfico de influência, impedimento, perturbação ou fraude de concorrência, formação de quadrilha e outros crimes tipificados como ilícitos de malversação de recursos públicos.

Art. 2º. O sócio ou proprietário de empresa condenada somente poderá participar novamente de licitações ou celebrar contrato com a Administração Pública Municipal mediante a apresentação de comprovante de certidão negativa cível e criminal.

Art. 3º. Outras disposições necessárias ao cumprimento desta norma serão definidas em regulamentação específica.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 24 de abril de 2018

*[Assinatura]*  
Wilton Afonso Dias Soares  
Vereador  
Primeiro Secretário  
Vereador Wilton Afonso Dias Soares  
1º Secretário da Câmara

vereadorwiltondias@gmail.com - wiltondiasmoc

vereadorwiltondias - 99102-7153

**Educação deve nos ajudar a pensar e não nos ensinar a obedecer.**

Av. Dr. João Luiz de Almeida, 40 - Tel. (38) 3690-5400 - CEP 39400-466 - Montes Claros - Minas Gerais



# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

## ASSESSORIA TÉCNICA LEGISLATIVA

**PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 036/2018 QUE “ Dispõe sobre a proibição de empresas condenadas em processos criminais de participarem de licitações, ou celebrarem contratos administrativos de obras, serviços, compras, alienações e locações, no Município de Montes Claros – MG, dá outras providências” de autoria do Vereador Wilton Afonso Dias Sores.**

Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.


O projeto sob comento cria vedações para que o Município contrate com as pessoas ali definidas.

A competência para legislar sobre licitações é exclusiva da União, sendo que a criação de critérios diferentes daqueles previstos na legislação federal, em especial a Lei 8.666/93 revela-se ilegal.

Em face ao exposto, ao nosso sentir, o Projeto de Lei fere e contraria as disposições constitucionais e seus princípios, pelo que é o mesmo Inconstitucional e, infringe normas superiores ordinárias e complementares, sendo de igual forma, ilegal.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros/MG, 25 de abril de 2018.

  
Luciano Barbosa Braga  
Assessor Legislativo  
OAB/MG 78.605





## **Câmara Municipal de Montes Claros - MG**

### **COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

#### **PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 36/2018**

**AUTOR:** Ver. Wilton Afonso Dias Soares

**MATÉRIA:** “Dispõe Sobre a Proibição de Empresas Condenadas em Processos Criminais de Participarem de Licitações, ou Celebrarem Contratos Administrativos de Obras, Serviços, Compras, Alienações e Locações, no Município de Montes Claros – MG, e dá Outras Providências.

#### **I- RELATÓRIO**

A proposição foi distribuída à Comissão de Legislação, Justiça e Redação em 24/04/2018, com entrada na Sala das Comissões no dia 25/04/2018.

Compete a esta Comissão, nos termos regimentais, emitir parecer sobre a legalidade, constitucionalidade e forma técnica de redação do projeto.

#### **II – FUNDAMENTAÇÃO**

O presente projeto dispõe sobre a proibição de empresas, seus sócios e/ou proprietários condenadas em processos criminais, em segunda instância de celebrar contratos com a Administração Pública, nas condições que menciona.

Não obstante o mérito da matéria, observa-se que a competência para legislar sobre critérios para habilitação em processos licitatórios, como os previstos no projeto de lei, é da União,

Ademais, convém observar, neste caso, o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, já que o mesmo pode causar a nulidade do procedimento. Ele é citado na lei nº 8.666, Art. 3º “A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos”. Também tem seu sentido mencionado no Art. 41º, caput, da Lei nº 8.666/93 “A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada”.

Desta forma, esta Comissão entende que a referida proposição contraria princípios constitucionais, bem como normas superiores, revelando-se da mesma forma ilegal.

#### **III – CONCLUSÃO**

Pelo exposto, esta Comissão conclui pela ilegalidade e inconstitucionalidade do referido projeto de lei.

Sala das Comissões, 14 de junho de 2018

Presidente: Ver. Valcir Soares Silva \_\_\_\_\_

Vice-Presidente : Ver. Martins Lima Filho \_\_\_\_\_

Suplente/Relator: Ver. Ailton Soares dos Reis \_\_\_\_\_

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO  
E JUSTIÇA  
EM 24 DE ABRIL DE 2018  
\_\_\_\_\_  
PRESIDENTE